



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

13/10

**1ª Câmara de Direito Público**

**Cautelar Inominada nº 0318971-5 (N. P. U. 0011665-14.2013.8.17.0000)**

**Autor:** Marcone Amorim Pereira

**Réu:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

e

**Agravo Regimental na Cautelar Inominada nº 0318971-5 (N. P. U. 0011665-14.2013.8.17.0000)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Marcone Amorim Pereira

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**EMENTA:** CONCURSO PÚBLICO. FORMAÇÃO DE OFICIAIS ADMINISTRATIVOS. BOMBEIRO PMPE. PROVA OBJETIVA. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DO ACERTO DE 30% (TRINTA POR CENTO) DAS QUESTÕES DE CADA DISCIPLINA. PROVA COM 25 (VINTE E CINCO) QUESTÕES. ACERTO DE 07 (SETE) QUESTÕES. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NECESSIDADE DE 08 (OITO) ACERTOS. CAUTELAR JULGADA IMPROCEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL DECLARADO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Quanto à impossibilidade de concessão de liminar contra a Fazenda Pública no caso presente, percebe-se que a pretensão do autor não encontra óbice na Lei nº 9.494/97, pois não se trata de concessão de aumento ou extensão de vantagem.
2. A questão principal refere-se à aceitação de 07 (sete) questões como passíveis de ensejar aprovação dos candidatos submetidos a Curso de Formação de Oficiais Administrativos da Polícia Militar (CFOA-BM/2009), em uma prova com 25 questões de múltipla escolha, quando o Edital exige 30% (trinta por cento) de acertos em cada disciplina.
3. Em que pese o julgamento do Apelo/Reexame Necessário no sentido de reformar a sentença para manter a exclusão do autor da seleção pública, por entender que seria necessário, para aprovação, o acerto de 08 (oito) e não 07



112  
R

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

(sete) questões, foi pleiteado na Ação Principal a instauração de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, tendo em vista as posições antagônicas presentes nas decisões das Câmaras Fazendárias.

4. Mesmo diante da instauração do Incidente, deve ser mantido o posicionamento desta Câmara no sentido de entender como válido o acerto de 08 (oito) questões para ensejar a aprovação do candidato, pois aí sim estaria sendo observadas e atendidas as normas do Edital do concurso. O contrário representaria conceder privilégios injustificados ao autor, ferindo diretamente e intimamente as normas contidas no Edital, violando, assim, o Princípio da Vinculação ao Edital, e, em última análise, a própria Constituição Federal, que consagrou o Princípio da Isonomia.
5. Cautelar julgada improcedente, por decisão unânime.
6. Agravo regimental prejudicado.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Cautelar nº 0318971-5, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em julgar improcedente a ação, declarando-se prejudicado o Agravo Regimental, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

P. R. I.

Recife, 27 de 05 de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator

806  
A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

**1ª Câmara de Direito Público**

**Cautelar Inominada nº 0318971-5 (N. P. U. 0011665-14.2013.8.17.0000)**

**Autor:** Marcone Amorim Pereira

**Réu:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**e**

**Agravo Regimental na Cautelar Inominada nº 0318971-5 (N. P. U. 0011665-14.2013.8.17.0000)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Marcone Amorim Pereira

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**RELATÓRIO**

Trata-se de Medida Cautelar proposta nos autos da Apelação Cível / Reexame Necessário nº 0301178-3 por Marcone Amorim Pereira, pugnando pelo provimento liminar no sentido de determinar que o réu evite adotar procedimento administrativo para tornar sem efeito sua promoção a 2º Tenente do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco até o trânsito em julgado da Ação Originária.

O autor, no ano 2009, participou do processo de seleção interna para o Curso de Formação de Oficiais da Administração Bombeiro Militar (CFOA-BM 2009), tendo sido ele excluído em razão do ponto de corte de 30% em cada prova previsto no Edital. O candidato acertou apenas 07 (sete) questões da prova de matemática, que continha 25 (vinte e cinco) questões, e a Banca Examinadora entendeu que, para aprovação, seria necessário que ele acertasse 08 (oito) questões, diante da impossibilidade de se obter 7,5 acertos.

Diante disso, foi interposta pelo autor Ação Ordinária, cuja sentença afastou o ponto de corte para que o candidato pudesse permanecer na disputa, tendo ele sido promovido à graduação superior. A sentença, contudo, foi reformada em grau de Apelo/Reexame Necessário, estando pendente de julgamento o segundo Embargo de Declaração interposto pelo candidato.



107  
A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Informa o autor, contudo, que ainda permanece ocupando o posto de 2º Tenente do Corpo de Bombeiros, para o qual foi promovido desde 22/12/2011, até os dias atuais. Assim, entende que, em razão das posições conflitantes deste e. Tribunal a respeito da quantidade de questões necessárias para aprovação na prova objetiva do certame, e levando-se em conta decisões já com trânsito em julgado reconhecendo o direito dos candidatos, o réu deve se abster de adotar qualquer procedimento administrativo a fim de retirar sua promoção até o julgamento definitivo da causa, observando, assim, o princípio da razoabilidade.

A liminar foi deferida (fls. 64/70) no sentido de *“que o réu fique impedido de praticar qualquer ato no sentido de retirar a promoção do autor até que seja decidida a questão de ordem suscitada no julgamento dos Embargos de Declaração interpostos na Ação Principal ou, caso seja instaurado o Incidente de Uniformização de Jurisprudência perante a Corte Especial, até que tenha este julgamento definitivo”*.

O Estado apresentou contestação (fls. 82/86), defendendo que não há possibilidade de se reformar, em grau de cautelar, o acórdão desfavorável na ação principal, e sustentando a impossibilidade de concessão de liminar em desfavor da Fazenda Pública.

Além disso, interpôs Agravo Regimental impugnando a liminar concedida (fls.88/91v.).

O Ministério Público ofertou parecer (fls. 101/103) opinando pela procedência do pedido constante na cautelar, nos termos da liminar deferida.

É o relatório.

À pauta.

Recife, 08 de maio de 2014.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

113  
JK

**1ª Câmara de Direito Público**

**Cautelar Inominada nº 0318971-5 (N. P. U. 0011665-14.2013.8.17.0000)**

**Autor:** Marcone Amorim Pereira

**Réu:** Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

e

**Agravo Regimental na Cautelar Inominada nº 0318971-5 (N. P. U. 0011665-14.2013.8.17.0000)**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Agravado:** Marcone Amorim Pereira

**Relator:** Des. Erik de Sousa Dantas Simões

**VOTO**

Quanto à alegada impossibilidade de concessão de liminar contra a Fazenda Pública no caso presente, entendo que a pretensão do autor não encontra óbice na Lei nº 9.494/97, pois não se trata de concessão de aumento ou extensão de vantagem. Nesse sentido: Agravo: 182300 PE 01823009, Relator: João Bosco Gouveia De Melo, Data de Julgamento: 11/08/2009, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 149.

Quanto à questão principal, vemos que é ela referente à aceitação de 07 (sete) questões como passíveis de ensejar aprovação dos candidatos submetidos a Curso de Formação de Oficiais Administrativos da Polícia Militar (CFOA-PM/2009), em uma prova com 25 questões de múltipla escolha, quando o Edital exige 30% (trinta por cento) de acertos em cada disciplina.

Em que pese o julgamento do Apelo/Reexame Necessário no sentido de reformar a sentença para manter a exclusão do autor da seleção pública, por entender que seria necessário, para aprovação, o acerto de 08 (oito) e não 07 (sete) questões, foi **pleiteado na Ação Principal a instauração de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, tendo em vista as posições antagônicas presentes nas decisões das Câmaras Fazendárias.**

Diante desse pleito, antes de julgar os segundos aclaratórios interpostos em face da decisão do apelo/Reexame, a questão de ordem foi levada à sessão de julgamento da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

1ª Câmara de Direito Público do dia 22/10/2013, tendo sido instaurado o referido incidente perante a Corte Especial diante dos posicionamentos conflitantes existentes, abaixo discriminados.

A 1ª Câmara entende, por maioria de votos, que, quando o Edital exige o acerto de um número ímpar de questões, deve haver o arredondamento para mais, pois, do contrário, não estariam sendo cumpridas as normas do Edital. Vejamos:

*EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL / REEXAME NECESSÁRIO. CONCURSO DE ANALISTA EM GESTÃO ADMINISTRATIVA. DESCLASSIFICAÇÃO. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DO ACERTO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DAS QUESTÕES DA PROVA DE RACIOCÍNIO LÓGICO. PROVA COM 15 (QUINZE) QUESTÕES. ACERTO DE APENAS 07 (SETE). NECESSIDADE DE 08 (OITO) ACERTOS. AGRAVO PROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS, REFORMANDO A DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA.*

*1. O Edital do concurso de Analista em Gestão Administrativa previu 15 (quinze) questões para a prova de Raciocínio Lógico, dispondo que seria aprovado o candidato que obtivesse 50% (cinquenta por cento) de acertos. Nessa seara, o candidato que obteve apenas 07 (sete) acertos na disciplina destacada não atende às determinações do Edital, atento ao fato que devem ser preservados os Princípios da Isonomia e da Vinculação ao Edital.*

*2. A partir da exigência do Edital de 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova de Raciocínio Lógico para garantir a aprovação, é incabível a aprovação de candidato que obteve apenas 46,66 (quarenta e seis por cento) de êxito, sendo, nesse caso, necessário o acerto de 08 questões para aprovação, já que as regras editalícias não podem ser descumpridas.*

*3. Recurso de Agravo provido, por maioria de votos, reformando a Decisão Terminativa proferida no apelo.*

***Por maioria de votos, a turma julgadora deu provimento ao recurso. Vencido o Des. relator. Lavrará o acórdão o Des. Erik Simões.***



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*(TJPE. Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0306152-9. Relator Des. Jorge Américo Pereira de Lira, 1ª Câmara de Direito Público, data de julgamento: 20/08/2013, publicado no DJ de 02/09/2013).*

Já a 2ª Câmara de Direito Público entende, também por maioria de votos, exatamente o contrário, ou seja, que deveria ser aceito o número que mais se aproxima do percentual mínimo exigido naquela matéria pelo Edital. Nessa linha:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE PRECLUSÃO LÓGICA AFASTADA À UNANIMIDADE. CONCURSO PÚBLICO. PROVA OBJETIVA. PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO PELO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA. 1. Trata-se de Reexame Necessário e Apelação Cível interposta em face de sentença de procedência, proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0049776-69.2010.8.17.0001, que, ratificando a liminar concedida, determinou ao réu que, caso aprovado no Curso de Formação e esteja dentro do número de vagas existentes, proceda com o aproveitamento do requerente ao posto de 2º Tenente QOA/BM do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, considerando a ordem de classificação. 2. Preliminar de preclusão lógica rejeitada à unanimidade de votos. 3. O apelado foi eliminado sob o argumento de que não teria obtido o percentual mínimo de acertos na prova de Matemática do exame intelectual. 4. Impossibilidade material de se atingir o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de acertos em relação à prova em questão, porquanto a mesma continha o número ímpar de 25 questões formuladas. Desta forma, somente poderia corresponder ao percentual mínimo exigido para aprovação o número também ímpar 7,5, matematicamente impossível de ser alcançado, vez que a prova realizou-se no sistema de múltipla escolha e cada questão valia 0,1 (dez décimos) de pontos. 5. Precedente: REsp 488004/PI, Rel. Min. Paulo Gallotti, Sexta Turma, DJ 22/03/2005. 6. Reconhecida a ilegalidade na reprovação do apelado, em observância ao princípio da isonomia, correta é a interpretação que considera aprovado no certame o candidato que respondeu corretamente 7 questões da prova de Matemática, visto que o mencionado número é o que mais se aproxima do percentual mínimo exigido naquela matéria. 7. Quanto aos honorários advocatícios, é cediço que, nas causas em*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

MB  
OL

*que é vencida a Fazenda Pública, o arbitramento dos honorários advocatícios é feito mediante apreciação equitativa do juiz, na forma do disposto no art. 20, § 4º, do CPC, que levará em conta as circunstâncias elencadas nas alíneas do § 3º, sem se submeter aos parâmetros percentuais ali indicados, podendo, inclusive, estipulá-los aquém ou além daqueles limites, bem como em valor certo, não percentual. 8. Recurso improvido por maioria de votos.*

***Por maioria de votos, negou-se provimento ao Reexame Necessário prejudicado o Apelo, vencido o relator, Des. Bandeira de Mello. Lavrará o acórdão o Des. José Ivo. Dispensadas notas taquigráficas***

*(TJ-PE - REEX: 497766920108170001 PE 0049776-69.2010.8.17.0001. Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 13/09/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 174).*

A 3ª Câmara de Direito Público, por unanimidade de votos, entende conforme a 2ª Câmara:

***DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APLICAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA. POLÍCIA MILITAR. SELEÇÃO INTERNA. CRITÉRIO DE CORREÇÃO DAS PROVAS. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. PROVAS COM NÚMERO ÍMPAR DE QUESTÕES. PERCENTUAL DE ACERTOS. IMPOSSIBILIDADE DE ALCANCE. NECESSIDADE DE SUBMISSÃO A EXAMES QUE ANTECEDEM O CURSO DE FORMAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1.A aplicação do disposto no art. 557 do CPC, autoriza o Relator a decidir monocraticamente desde que a decisão esteja em consonância com a jurisprudência dominante do Tribunal ao qual pertence. 2.Os agravados submeteram-se à seleção interna instaurada pela Secretaria de Defesa Social para ingresso no Curso de Formação de Oficiais de Administração da PMPE, vindo a ser eliminados, uns por não terem atingido o percentual mínimo de acertos na disciplina de matemática, matéria esta componente da prova objetiva a que se submeteram. Cumpre notar que a disciplina que ensejou a reprovação dos agravados na prova objetiva em apreço eram compostas de 25 (vinte e***

*Erik*  
6





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

*cinco) questões, de modo que o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de acertos exigido pelo edital só seria atingido na hipótese dos candidatos marcarem corretamente sete questões e meia, o que, contudo, restava impossibilitado diante da regra editalícia segundo a qual a cada questão corretamente marcada no gabarito seria atribuído 01 (um) ponto. 3.O Edital em tela, não obstante discipline, no item 3 do inciso II, que "O candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 30% (trinta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco).", não disciplinou como deveria ser feito o cômputo do percentual de acertos nas disciplinas compostas de número ímpar de questões, diante da impossibilidade fática dos candidatos alcançarem o mínimo exato de 30% (trinta por cento) exigido, nem tampouco versou sobre regras de arredondamento de notas. De fato, exigir-se dos agravados que acertassem 08 (oito) questões, corresponderia a impor o alcance de percentual em muito superior aos 30% (trinta por cento), sendo certo, ademais, que tal regra de cômputo de pontos não possui previsão editalícia, nem tampouco se mostra razoável, porquanto a sistemática das provas tornou impossível aos candidatos atingir o referido percentual mínimo. Precedentes do STJ, Recurso Especial nº 488.004-DF, e desta Corte de Justiça. 4.Não há como se impor a automática matrícula dos apelantes no Curso de Formação sem que eles tenham se submetido às etapas do certame que sucedem ao exame intelectual e antecedem, necessariamente, ao referido curso. Portanto, acertadamente asseverou a sentença apelada quando superado o ponto de corte, permanecessem participando das etapas subsequentes do concurso, pois para além da questão pertinente à existência das outras etapas da seleção, às quais os apelados devem se submeter por terem sido eliminados por ponto de corte já na primeira etapa, deve-se levar em conta o número de vagas disponibilizadas e a ordem de classificação dos candidatos. 5.Recurso não provido unanimemente.*

*À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Des. Relator.*

*(TJ-PE - AGV: 135714120108170001 PE 0017300-10.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 27/09/2012, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 18/4/2012).*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

118  
9

Diante da divergência, mantenho meu posicionamento no sentido de entender como válido o acerto de 08 (oito) questões para ensejar a classificação do candidato, pois aí sim estaria sendo observadas e atendidas as normas do Edital do concurso. O contrário representaria conceder privilégios injustificados ao autor, ferindo diretamente e intimamente as normas contidas no Edital, violando, assim, o Princípio da Vinculação ao Edital, e, em última análise, a própria Constituição Federal, que consagrou o Princípio da Isonomia.

Assim, pelas razões expostas, voto no sentido de julgar improcedente a Cautelar, revogando a liminar anteriormente concedida.

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.

  
Des. Erik de Sousa Dantas Simões  
Relator